



CÂMARA DOS DEPUTADOS

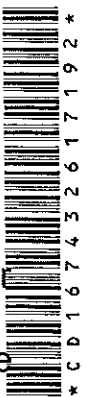
art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

II – O crescimento anual do somatório dos gastos na esfera estadual, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Defensoria Pública com ativos, inativos e pensionistas, relativos a cargos funções ou empregos, inclusive de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, eventos de aposentadoria e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente a entidades de previdência, não poderá superar a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

....." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da emenda de plenário é estender ao Poder Legislativo, no âmbito estadual, o mesmo tratamento proposto pela regra de



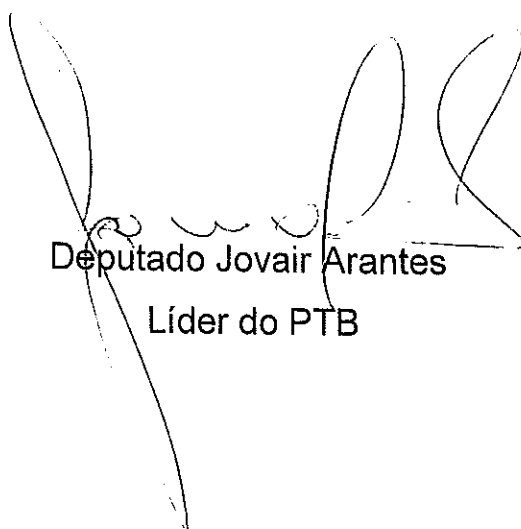


CÂMARA DOS DEPUTADOS

transição do art. 14 do Substitutivo apresentado para o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas.

Ante o exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da emenda modificativa de plenário.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2016.



Deputado Jovair Arantes

Líder do PTB

* C D 1 6 7 4 3 2 6 1 7 1 9 2 *

3